Exportações de couro somam US$ 92,6 mi

Curtumes brasileiros embarcaram 14,1 milhões de metros quadrados e 48,3 mil toneladas em setembro

MICHEL POZZEBON
michel.pozzebon@gruposinos.com.br

Em setembro, o Brasil exportou 14,1 milhões de metros quadrados e 48,3 mil toneladas de couros e peles, gerando receita de US$ 92,6 milhões. O que correspondeu a quedas de 17,9% em área, 19,9% em peso e 4,7% em valor na comparação com o mesmo mês de 2025. Os dados são da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e foram compilados pelo Centro da Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB).

No acumulado de janeiro a setembro, o setor coureiro alcançou US$ 814,2 milhões em exportações, valor 3,1% abaixo do registrado no mesmo período do ano passado. Em termos físicos, a área embarcada recuou 3,8%, enquanto o volume em peso apresentou crescimento de 3,6%.

China e Hong Kong mantiveram ampla liderança no ranking dos principais destinos das exportações brasileiras, com US$ 250,7 milhões, equivalentes a 30,8% da receita total. Apesar da relevância do mercado, o resultado ficou 4,6% abaixo do registrado no mesmo período de 2025. Em volume, foram embarcados 60,7 milhões de metros quadrados, queda de 3,4%, e 201,7 mil toneladas, praticamente estáveis (-0,3%). A China, isoladamente, concentrou US$ 240,7 milhões, enquanto Hong Kong respondeu por US$ 10 milhões.

Estado

O Rio Grande do Sul seguiu como o principal estado exportador de couro do Brasil no acumulado de janeiro a setembro de 2026. Nos nove meses do ano, os gaúchos mantiveram a liderança no ranking, com US$ 229,4 milhões e participação de 28,2% do total, embora tenha registrado queda de 4,4% no valor em relação ao mesmo período do ano passado.

DIVULGAÇÃO/CICB



Setor registrou queda de 17,9% na comercialização em área

"ANO DE MUITOS DESAFIOS"

O gestor de Inteligência Comercial do CICB, Rogério Cunha destaca que o mercado mundial do couro vive um ano de muitos desafios, com retração no consumo, apesar dos preços em leve alta. De acordo com ele, questões determinantes para as exportações de couros – como tarifas adicionais nos Estados Unidos e a evolução do Regulamento europeu antidesmatamento, que iria impor barreiras comerciais –, mesmo que já com novos desdobramentos, ainda exercem influência sobre as exportações. "Continuamos trabalhando nossos mercados tradicionais, mas vemos oportunidades e há crescimentos em espaços interessantes para o couro do Brasil, como Coreia do Sul (21,9% a mais no total do ano), Espanha (27,3% de crescimento), Turquia (119,2%) e Índia (20,3%)", informa Cunha. Além disso, ele destaca também Malásia e Indonésia, com altas de 125,9% e de 40,2% em receita, respectivamente.

Curtumes brasileiros combinam operações

Dois curtumes brasileiros fecharam acordo para combinar as suas operações em uma nova empresa. O negócio envolve produção, beneficiamento e comercialização de couros da JBS e da Viva Holding. A união ocorre quase um ano após as empresas anunciarem a união e a criação de gigante da indústria do couro, a JBS Viva.

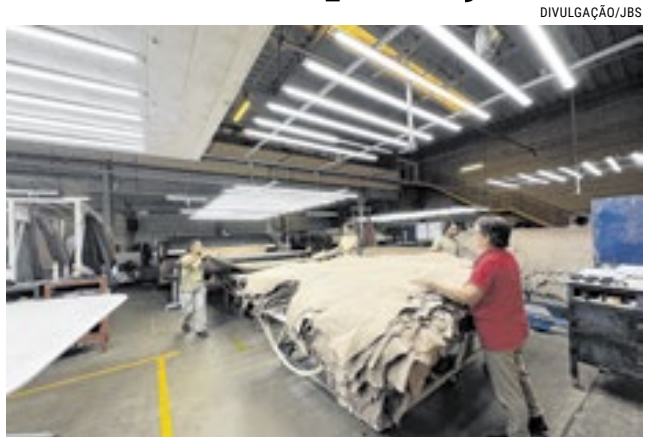
A operação ainda depende do cumprimento de condições precedentes e, segundo as empresas, não há garantia sobre a data de conclusão da transação.

A JBS Viva será controlada em partes iguais pela JBS S.A. e pela Viva Holding, com cada companhia detendo 50% das ações. Para formar a nova empresa, a JBS vai transferir para a JBS Viva a totalidade das quotas da JBS Couros, companhia que concentrará os ativos da divisão de couros da JBS no perímetro definido para a operação.

O perímetro da operação inclui os ativos da JBS relacionados à produção de couros no Brasil e em suas subsidiárias no exterior, além dos negócios da Viva ligados à produção de couros e à fabricação e comercialização de produtos químicos utilizados no processamento do material.

Alguns ativos, porém, ficarão fora da combinação. Nesse sentido, entre eles estão as operações de colágeno e gelatina das duas empresas, os ativos, estoques e atividades de couro relacionados à unidade da JBS em Cactus, no Texas, nos Estados Unidos, além dos ativos da divisão de couros da JBS localizados na Alemanha, no Uruguai e no México. Por fim, também não entram na operação ativos da Viva que atualmente não são utilizados em sua atividade de couros.

DIVULGAÇÃO/JBS



Operação envolve os ativos da JBS Couros no Brasil

MACROECONOMIA

Por Orlando Assunção Fernandes*



Geopolítica e economia

Em outubro, o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou o World Economic Outlook, relatório que avalia o cenário econômico global e traça suas perspectivas para o futuro. De acordo com o documento, duas forças condicionam as transformações da economia mundial atualmente: as tensões geopolíticas e os avanços tecnológicos.

Enquanto avanços tecnológicos, como a inteligência artificial, atuam como um motor para a produtividade, tensões geopolíticas, tais como a guerra no Oriente Médio e o tarifaço americano, têm agido na economia mundial como um choque negativo de oferta, ao elevar o preço da energia e de diversos produtos, desencadeando pressões inflacionárias.

O conflito no Oriente Médio atua diretamente na base produtiva das economias ao afetar o fornecimento de energia e de combustíveis. Com rotas de comércio ameaçadas e a produção sob risco, o preço do petróleo tem se mantido em patamar elevado, gerando pressões inflacionárias globais que já começam a dar sinais de fadiga junto às sociedades, como evidencia a fragorosa derrota do atual presidente americano nas eleições de meio de mandato dos EUA.

O FMI adverte que a recuperação do crescimento mundial para os próximos anos dependerá da normalização destas tensões. Para os economistas do Fundo, caso os conflitos no Estreito de Ormuz se prolonguem para além do primeiro trimestre de 2027, o crescimento estimado será comprometido de forma severa.

Já para a América Latina, e especialmente para a economia brasileira, o FMI desenha horizonte de desafios acentuados, que exigirá cautela. No relatório, o Fundo revisa para baixo as projeções de crescimento para o PIB brasileiro, estimando crescimento de 2,2% e 1,9%, respectivamente, para 2026 e 2027.

O fato é que uma guerra prolongada no Oriente Médio mantém os preços internacionais do petróleo em patamares elevados. Esse encarecimento é repassado para os transportes e para o frete dos alimentos, sustentando inflação difícil de combater. Diante de preços altos, bancos centrais se veem obrigados a manter taxas de juros elevadas que, por sua vez, encarecem o crédito para famílias e empresas, desestimulando o consumo e os investimentos produtivos.

OPor fim, o aumento da instabilidade global eleva a aversão ao risco no mercado financeiro, levando investidores internacionais a retirar capital de mercados emergentes. Essa fuga de dólares tem potencial para desvalorizar o real, encarecendo produtos e insumos importados e pressionando ainda mais a inflação. Juros altos também pressionam o custo da dívida pública que, associados às pressões fiscais que o governo federal sofre por sua política de subsídio aos combustíveis, agravam ainda mais a situação das contas públicas.

Diante desse cenário, o certo é que o quarto governo do Presidente Lula já começa diante de um grande desafio, qual seja, manter as contas públicas equilibradas e a inflação sob controle, sem comprometer os programas sociais e sufocar a já debilitada atividade econômica interna.

Economista, Mestre em Economia Política e Doutor em Teoria Econômica pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).